Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

19/2012

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Configuração

PATOLOGIA NÃO OCUPACIONAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. Indevida indenização a qualquer título ou ressarcimento de despesas médico-hospitalares, na hipótese em que a prova pericial, não elidida por nenhuma outra da mesma capacidade técnica, concluiu que não há nexo de causalidade entre a moléstia da qual a reclamante é portadora e a atividade profissional desenvolvida. (TRT/SP - 01287000420085020011 - RO - Ac. 4ªT [20120147291](#) - Rel. PAULO SÉRGIO JAKUTIS - DOE 24/02/2012)

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Efeitos

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. MODALIDADE DE CONTRATO A TERMO. RESCISÃO ANTECIPADA. EFEITOS. Considerando a ausência de justa causa para a rescisão antecipada do contrato de experiência, cabe ao empregado apenas o recebimento de indenização referente ao valor correspondente à metade da remuneração que seria devida até o prazo final do contrato, conforme prevê o art. 479, da CLT. Recurso Ordinário da reclamante a que se nega provimento. (TRT/SP - 02286002320095020011 - RO - Ac. 8ªT [20120189911](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 02/03/2012)

CUSTAS

Massa falida

DESERÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. INDEVIDO. FALTA DE AMPARO LEGAL. O pagamento das custas processuais por empresa em recuperação judicial, caso da recorrente, é exigido para fins de admissibilidade recursal, sem o que o recurso interposto é declarado deserto, na medida em que o benefício da justiça gratuita não se estende ao empregador em dificuldades financeiras, tendo em vista tratar-se de benefício concedido ao trabalhador, nos termos dos artigos 790, parágrafo 3.º, da CLT, 14, parágrafo 1.º, da Lei 5.584/70 e Súmula 6 do E. TRT da 2.ª Região. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (TRT/SP - 01608002220085020040 - AIRO - Ac. 14ªT [20120160140](#) - Rel. MARCIO MENDES GRANCONATO - DOE 27/02/2012)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em acidente de trabalho

Indenização de dano patrimonial e moral. Acidente de trabalho. Prescrição. A indenização de dano decorrente de acidente de trabalho não tem previsão na legislação do trabalho, mas no direito comum. Constatação não desmentida pelo deslocamento da competência à Justiça do Trabalho pela EC 45. A matéria que era antes discutida na Justiça comum, passou a ser agora discutida na Justiça do Trabalho. Alterou-se apenas a competência, mas não a relação jurídica

substancial. Embora o litígio seja decorrente de relação de trabalho, não envolve direito tipicamente trabalhista. Não é também razoável supor que a alteração da competência, como regra de direito processual, implica, necessariamente, a alteração do direito material. A Constituição Federal estabelece prazo prescricional apenas com relação aos direitos e obrigações diretamente vinculados ao contrato. A obrigação de indenizar dano decorrente de ato ilícito não tem previsão no contrato e também não é oriundo do contrato, mas sim de uma obrigação dele independente. Hipótese, porém, em que a prescrição já se consumara, nos termos da legislação civil. Recurso do autor a que se nega provimento. (TRT/SP - 00004342120105020466 - RO - Ac. 11ªT [20120003133](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 17/01/2012)

Indenização por dano moral em geral

DANO MORAL. REVISTA ÍNTIMA: a revista íntima, obrigando o empregado a apresentar-se em trajes sumários, é sempre constrangedora para quem é revistado, o que afronta direito da personalidade, protegido constitucionalmente pelo artigo 5º, inciso X, resultando em prática ilegal e abusiva do poder de direção do empregador, ofensa que deve ser reparada pelo pagamento de indenização por dano moral. CORREÇÃO MONETÁRIA: Flui a contar da data em que se constituiu o direito, ou seja a partir da sentença de procedência da ação, momento em que se constituiu em mora o devedor. (TRT/SP - 02198009220085020026 - RO - Ac. 11ªT [20120137040](#) - Rel. MARIA JOSÉ BIGHETTI ORDOÑO REBELLO - DOE 17/02/2012)

DESPEDIMENTO INDIRETO

Configuração

ATO LESIVO DA HONRA E BOA FAMA. OFENSAS E XINGAMENTOS. RESCISÃO INDIRETA CONFIGURADA. Comprovado nos autos que o preposto da reclamada xingava e humilhava, de forma reiterada, a reclamante, e evidenciado que a empresa, apesar de comunicada, não tomou qualquer providência para fazer cessar tal conduta, configurada hipótese de rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do disposto no art. 483, "e", do Estatuto Consolidado. (TRT/SP - 00011736320105020055 - RO - Ac. 17ªT [20120129510](#) - Rel. SORAYA GALASSI LAMBERT - DOE 17/02/2012)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Procedimento

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. O pedido infundado de "prequestionamento", sem a presença dos requisitos do artigo 535 do CPC, evidencia o inconformismo com o que ficou decidido, ensejando a rejeição dos embargos de declaração. (TRT/SP - 00636001120025020465 (00636200246502009) - RO - Ac. 8ªT [20120192343](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 02/03/2012)

EMPRESA (SUCESSÃO)

Configuração

FERROVIÁRIOS. FEPASA E CPTM. SUCESSÃO. Com a cisão parcial da FEPASA, por meio da Lei Estadual n.º 7.861/92, coube à CPTM assumir os sistemas de trens urbanos da Região Metropolitana de São Paulo, operados pela

Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e pela Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, de modo a assegurar a continuidade e a melhoria dos serviços. Assim, irrelevante que os empregados não tenham prestado serviços para a sucessora, porquanto vinculados à organização produtiva, independentemente de quem seja sua titular. Sucessão reconhecida. (TRT/SP - 02761004620095020024 (02761200902402001) - RO - Ac. 11ªT [20120137580](#) - Rel. SERGIO ROBERTO RODRIGUES - DOE 28/02/2012)

EXECUÇÃO

Depósito

JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA Nº 07 DO EG. TRT - 2ª REGIÃO. O depósito, quando feito sem intenção de embargar ou de recorrer, purga a mora até a data do efetivo depósito, conforme preconiza o disposto no art. 39 da Lei 8.177/91, cessando a responsabilidade da empresa pelo período posterior. Assim, se o depósito for realizado para o efetivo pagamento do crédito exequendo, e não apenas para garantia do juízo, tem-se por satisfeita a obrigação, não havendo se falar em mora da empresa reclamada para o fim de deferimento de eventuais e futuras diferenças entre os juros bancários e trabalhistas. Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00017180520105020421 - RO - Ac. 18ªT [20111581715](#) - Rel. REGINA MARIA VASCONCELOS DUBUGRAS - DOE 09/01/2012)

Penhora. Impenhorabilidade

IMÓVEL RESIDENCIAL. IMPENHORABILIDADE. - A Lei nº 8.009/90, em seu art. 5º, é taxativa ao dispor que "considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente". A garantia legal é do imóvel residencial do casal ou da entidade familiar, ainda que esta ou aquele possua outros imóveis. Francamente equivocada a interpretação no sentido de que apenas o casal que possua um único imóvel está amparado pela norma. Pode possuir milhões de imóveis, garantindo a norma a impenhorabilidade de apenas um, aquele em que reside a família. Se existirem outros, podem ser penhorados, mas impossível de ser feita e por isso inadmitida por quem possua rudimentos de conhecimento jurídico. (TRT/SP - 01718000820055020401 - AP - Ac. 14ªT [20120158579](#) - Rel. MANOEL ANTONIO ARIANO - DOE 27/02/2012)

Recurso

EXECUÇÃO DEFINITIVA. PROTESTO EXTRAJUDICIAL. POSSIBILIDADE E UTILIDADE. O protesto extrajudicial reveste-se de especial utilidade em caso como o dos autos, em que diversas tentativas de execução já foram efetivadas, porém todas elas sem que se obtivesse sucesso. Previsto na Lei 9.942/97, a medida serve, ainda que indiretamente, como uma forma de cobrança da dívida informada pelo credor, dando publicidade a ela e impelindo o devedor ao pagamento diante das restrições que produz, especialmente junto ao sistema bancário. Sequer o fato de a cobrança ter origem num título extrajudicial poderia servir de suporte para o indeferimento do pedido do agravante, porquanto o art. 1.º da Lei 9.942/97 não faz essa distinção e, por outro lado, o art. 765 da CLT aconselhava seu acolhimento. Agravo de Petição do agravante a que se dá provimento para determinar o protesto extrajudicial do crédito devido pelos agravados. (TRT/SP - 00396002919945020011 - AP - Ac. 14ªT [20120160026](#) - Rel. MARCIO MENDES GRANCONATO - DOE 27/02/2012)

HONORÁRIOS

Advogado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Tendo em vista que os honorários advocatícios não foram examinados pelo r. Juízo originário, porque a ação foi julgada improcedente, situação alterada em face do acolhimento do recurso ordinário da Reclamante, impõe-se a sua análise por este E.Tribunal. A ação teve início na Justiça Cível, onde não é possível o uso do ius postulandi pela Autora, que teve que constituir advogado. Em decorrência, é aplicável o art.20, do CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. OMISSÃO. PRESCRIÇÃO. Constatada a omissão, impõe-se seja chamada a lacuna. No caso, a prescrição é fixada no momento em que houve a lesão, caso contrário, a parte seria prejudicada justamente pelo instituto que tem como objetivo a segurança jurídica. VÍCIOS INEXISTENTES. Os embargos de declaração constituem instrumento processual destinado a completar ou aclarar a decisão, admitindo-se a atribuição de efeito modificativo somente nos casos de omissão ou contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo natureza revisora, não são meio próprio para atacar o conteúdo do acórdão embargado. (TRT/SP - 00448006720075020041 - RO - Ac. 2ªT [20120007805](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 16/01/2012)

Perito em geral

Honorários periciais na fase de liquidação. Responsabilidade do Devedor. Preceitua o artigo 790-B da CLT que a responsabilidade relativa aos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, e pelo que consta, não há como afastar a sucumbência da executada quanto à demanda em apreço. Aliás, na fase de execução, os honorários periciais são sempre de responsabilidade da devedora, sob pena de resultar comprometida a restituição integral da dívida. (TRT/SP - 02119000520015020317 - AP - Ac. 4ªT [20120147186](#) - Rel. SERGIO WINNIK - DOE 24/02/2012)

HORÁRIO

Compensação em geral

1. ACORDO DE COMPENSAÇÃO. PRORROGAÇÃO SISTEMÁTICA DE JORNADA. INVÁLIDO. Independentemente da existência formal de acordo de compensação, a prestação de horas extras de maneira contínua e não pagas, e a inexistência efetiva de compensação, conforme ressaltou a prova oral, descaracteriza o módulo compensatório, tornando-o inválido. Disso resulta o direito às horas extras, aplicando-se à espécie o entendimento consubstanciado na súmula 85, inciso IV, do C. TST. Sentença mantida, no particular 2. DESPESAS COM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RESSARCIMENTO. Procede a pretensão de ressarcimento dos gastos com advogado, pela aplicação no campo trabalhista, do princípio da restitutio in integrum incorporado em diversos dispositivos do nosso ordenamento jurídico (artigos 389, 404 e 944 do Código Civil). A indenização por perdas e danos repara os prejuízos do autor, advindos do dispêndio com os honorários do causídico contratado, com suporte no caput do art. 404 do CC. Isto se dá, porque os honorários, na prática, são extraídos do montante dos créditos da condenação, resultando em evidente redução dos títulos a que faz jus o reclamante. Ademais, a contratação de advogado, pela parte, atende: a) ao

disposto no art. 133 da CF, que se compatibiliza com a garantia constitucional ao exercício da ampla defesa (efetivo, e não meramente formal); b) à nova realidade das relações de trabalho, com a complexidade que lhe é inerente, a exigir a presença de profissional habilitado a enfrentar os desafios técnicos do processo; c) a necessidade de reparar o hipossuficiente pela perda patrimonial decorrente dos gastos destinados a remunerar tais serviços, em atenção ao princípio da restituição integral. Por fim, embora não se trate aqui de aplicar a sucumbência, afasta-se o argumento (equivocado, diga-se) de que no âmbito trabalhista, há lei própria regulando estritamente a incidência de honorários (Lei 5.584/70). Em verdade, constata-se que houve revogação do art. 14 dessa Lei, com a edição da Lei 10.288/01, por sua vez revogada pela Lei n.º 10.537/02, que passou a regulamentar o disposto nos arts. 789 e 790 da CLT, não havendo em nosso ordenamento jurídico o efeito repristinatório tácito. Recurso obreiro provido, no particular. (TRT/SP - 00616007220095020051 - RO - Ac. 4ªT [20120146341](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 24/02/2012)

IMPOSTO DE RENDA

Desconto

Incidência do imposto de renda sobre juros de mora. A aplicação dos juros para atualização dos valores decorrentes de condenação judicial, não configuram renda ou proventos de qualquer natureza, mas mero componente do valor atualizado da indenização deferida. Inteligência dos arts. 153, III, e 158, inciso I da CF. Aliás, é notoriamente sabido que qualquer tipo de indenização, nada acrescenta ao patrimônio do ora exequente, apenas tem como escopo minorar o prejuízo causado pelo infortúnio ou incúria de seu empregador. Some-se que o art. 46 da Lei 8.541/92, determina a incidência do Imposto de Renda sobre o montante pago, em decorrência da condenação judicial, mas autoriza a exclusão dos juros e de verbas indenizatórias. Ademais, desde o advento do Código Civil de 2.002 (art. 404), entende-se pela natureza indenizatória dos juros de mora incidentes sobre as obrigações de pagamento em dinheiro, resultantes do seu inadimplemento. Nesta trilha, a OJ 400 da E. SDI-1/TST. (TRT/SP - 00458001120085020060 - AP - Ac. 4ªT [20120102441](#) - Rel. SERGIO WINNIK - DOE 17/02/2012)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (ADICIONAL)

Cálculo. Insalubridade. Base: mínimo geral ou profissional

RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. O C. Tribunal Superior do Trabalho alterou a redação da Súmula nº 228 para fixar a base de cálculo do adicional de insalubridade como sendo o salário básico do empregado, em atenção ao efeito erga omnes da Súmula Vinculante nº 04, do E. STF. Entretanto, por meio da decisão liminar proferida nos autos da Medida Cautelar em Reclamação 6.266-0 DF, foi suspensa a eficácia da nova redação do referido verbete sumular. Assim, o adicional de insalubridade deverá continuar sendo calculado com base no salário mínimo, em obediência à disposição contida no artigo 192, da CLT. Recurso Ordinário ao qual se dá provimento parcial. (TRT/SP - 00932004420095020332 - RO - Ac. 8ªT [20120189938](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 02/03/2012)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Enquadramento oficial. Requisito

"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. OPERADORES DE TELEMARKETING. TELE-ATENDENTES. TELE-OPERADORES. UTILIZAÇÃO DE FONES DE OUVIDO. RECEPÇÃO DE SINAIS EM FONES. DIREITO. Utilizando-se os trabalhadores de terminal de computador e telefone, recebendo ou realizando ligações para prestação de informações em geral, propaganda e divulgação de produtos e serviços, suporte técnico, compras e vendas, desenvolvem atividades que os equiparam aos telegrafistas e radiotelegrafistas, porquanto recebem sinais de fones, notadamente porquanto se utilizando de fones de ouvido, não interceptam apenas a voz humana, mas toda e qualquer sorte de interferências e/ou sinais, sofrendo inclusive como os programados entre uma e outra ligação, do tipo campanha, cuja intensidade não se pode auferir mediante medição no momento da perícia, haja vista serem imprevisíveis quanto ao momento de sua ocorrência. Impositivo, diante da ausência de previsão específica na relação oficial do Ministério do Trabalho, equiparar tais funções às previstas no Anexo 13, da NR 15, da Portaria 3.214/78 que garante adicional de insalubridade em grau médio aos serviços de " telegrafia, radiotelegrafia, manipulação em aparelhos do tipo morse e recepção de sinais em fones" em face da semelhança da operação e dos inconvenientes que causam ao aparelhos auditivo. No dia a dia, tanto profissional, quanto no âmbito doméstico, nas relações comerciais, nas escolas, nos clubes, em todo e qualquer seguimento na atualidade, o avanço tecnológico encontra-se presente. O que no passado impunha o deslocamento de pessoas, de máquinas, de equipamentos, hoje não mais o exige, porquanto a vida moderna - a par de impedir o dispêndio de muito tempo para a realização de uma única tarefa, na medida em que há uma infinidade de atividades que devem ser praticadas ao longo de um único dia útil pelo cidadão comum - contempla uma gama de produtos e serviços tendentes unicamente à facilitar a execução das mais simples até as mais complexas tarefas cotidianas. Nesse contexto, o atendimento realizado pelos teleoperadores está dentre essa infinidade de facilidades, haja vista que nos inúmeros seguimentos esse serviço é mantido, tantos nos bancos, nas operadoras de cartões de crédito, nos hospitais, laboratórios, para comprar, para vender, e isto de imóveis a utensílios a materiais diversos. Assim não era no passado. Não havia computadores e a telefonia não atendia, como hoje ocorre, à quase totalidade da população. Constata-se ter a Norma Regulamentadora permanecido estática, enquanto as relações humanas, profissionais e sociais sofreram severas modificações. A própria lei que previa intervalos para os mecanógrafos está ultrapassada, haja vista não mais existir essa profissão, substituídos pelos digitadores a partir da computação, sendo a mesma hipótese para a categoria dos operadores de telégrafos e radiotelégrafos, haja vista o fac-simile, o scanner, os e-mails. Destarte, pela adequação e equiparação da atividade, pela constatação da insalubridade através de prova pericial que apontou para a existência de nocividade nas funções pela utilização dos head-set , deve ser reconhecido o direito ao mesmo adicional de insalubridade a que fazem jus os trabalhadores enquadrados expressamente na relação oficial do Ministério do Trabalho, esta que urge ser revista para o acréscimo de novas profissões, assim como para a exclusão de alguma que não mais existem diante da modernização tecnológica." (TRT/SP - 01786002420085020053 - RO - Ac. 10ªT [20120035132](#) - Rel. SÔNIA APARECIDA GINDRO - DOE 24/01/2012)

JORNADA

Intervalo violado

Intervalo intrajornada. Ônus da prova. Se o ordenamento jurídico permite até mesmo a dispensa do registro do intervalo, como forma não só de evitar desperdício de tempo e energia, mas também para garantir ao empregado total disponibilidade de tempo no período de descanso, que seria consumido no vai e vem do bate e rebate cartão de ponto, cabe ao empregado, no caso, provar que o intervalo não era integralmente assegurado, o que equivale provar, na realidade, a alegação subentendida de que o empregador exigia a prestação do serviço no todo ou em parte do intervalo. CLT, 818. Recurso Ordinário da ré a que se dá provimento, nesse ponto. (TRT/SP - 01636002120095020482 - RO - Ac. 11^ªT [20111525017](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 17/01/2012)

Revezamento

Turnos ininterruptos de revezamento. Horas extras excedentes à 6^a diária. É cediço que o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento tem o condão de causar maior desgaste ao obreiro, que deve se ativar em horários que variam entre o dia e a noite, o que pode ocasionar abalos de ordem fisiológica, psicológica e até mesmo social. Note-se que a única forma encontrada pelo Constituinte para amenizar os abalos causados à saúde do empregado foi a redução da jornada de trabalho àqueles submetidos aos turnos ininterruptos de revezamento. Desta feita, em que pese o reconhecimento da autonomia privada coletiva pelo artigo 7^º,XXVI da Constituição Federal, os limites para a atuação dos sindicatos está previsto no caput do mesmo artigo, que reconhece o princípio do não retrocesso social, também consagrado pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica), ao prever que: "são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social". Desta feita, o melhor entendimento destoa do jurisprudencial consolidado por meio da edição da Súmula 423 do c. TST quando não há contrapartida na negociação que vise a melhoria da condição social do obreiro. No presente caso não se vislumbra a vantagem obreira, não tendo a Reclamada demonstrado qualquer contrapartida ao aumento da jornada constitucionalmente prevista advinda com a negociação coletiva juntada aos autos. Diante do exposto, não merece prosperar o regime estabelecido, sendo devido o pagamento das horas excedentes à sexta diária como extraordinárias. (TRT/SP - 01596007120075020021 - RO - Ac. 4^ªT [20120140467](#) - Rel. SERGIO WINNIK - DOE 24/02/2012)

JUIZ OU TRIBUNAL

Poderes e deveres

AGRAVO DE PETIÇÃO. CERTIDÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. EXPEDIÇÃO. O protesto se constitui em solução extrajudicial de cobrança e se traduz em alternativa na busca da satisfação do cumprimento da decisão judicial. Ademais, referida providência se coaduna com os princípios informais que norteiam o Processo do Trabalho, em especial porque objetiva a satisfação do crédito alimentar do trabalhador. Expedição eletrônica da certidão de crédito trabalhista ao Distribuidor do Serviço Central de Protesto de Títulos de São Paulo é medida que se impõe. Agravo de petição ao qual se dá provimento. (TRT/SP - 02660008719965020444 - AP - Ac. 17^ªT [20120180973](#) - Rel. SORAYA GALASSI LAMBERT - DOE 24/02/2012)

MULTA

Cabimento e limites

Auto de Infração. Nulidade. A autora demonstrou suficientemente que atuou de forma diligente e ativa com o intuito de cumprir o comando legal do art.93, Lei nº8.213/91. A empresa implantou várias medidas objetivando o cumprimento da norma, realizando campanhas, adotando planos de ação, flexibilizando o perfil profissional requerido e implementando programas de inclusão e parcerias. O fato de o número de postos de trabalho não ter sido alcançado não pode ser atribuído exclusivamente à ré, principalmente diante da atitude ativa da empresa. Em consequência, a autuação sofrida não se reveste de razoabilidade, evidenciando rigor excessivo, devendo ser mantida a sentença de origem. (TRT/SP - 00003266820105020085 - RO - Ac. 11ªT [20120137091](#) - Rel. MARIA JOSÉ BIGHETTI ORDOÑO REBELLO - DOE 17/02/2012)

Multa do Artigo 475 J do CPC

ARTIGO 475-J DO CPC. EXECUÇÃO TRABALHISTA. INAPLICABILIDADE. O artigo 475-J, do CPC, não encontra ressonância no Processo no Trabalho, porquanto a CLT regula a matéria, não havendo necessidade de aplicação subsidiária do direito processual comum na espécie. Ademais, na execução, a norma subsidiária a ser aplicada, primeiramente, é a lei de executivos fiscais, conforme disposto pelo artigo 889, da CLT. Recurso Ordinário da reclamada ao qual se dá provimento, no particular. (TRT/SP - 00019065620105020434 - RO - Ac. 8ªT [20120189989](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 02/03/2012)

EXECUÇÃO. ART. 475-J DO CPC. INCIDÊNCIA. O processo civil sofreu transformações recentes, que não podem ser descartadas de plano pela Justiça do Trabalho, até porque muitas delas foram notoriamente inspiradas no processo trabalhista. A multa do art.475-J do CPC tem aplicação antes das disposições constantes na CLT, que só incidem a partir da execução forçada do "decisum" (art. 880 e seguintes, CLT), e portanto, somente após a regular intimação da parte para depositar o valor de condenação. Daí porque: (1) o portal do art. 769 da CLT, por ser anterior, não pode engessar o direito processual do trabalho, recusando inovações processuais; (2) a CLT e a Lei 6.830/80 não tratam especificamente dessa modalidade de cobrança preliminar; (3) as modificações sofridas pelo processo civil representam um aporte legal vanguardista, harmônico com a instrumentalidade, celeridade e efetividade que se busca imprimir ao processo trabalhista. (TRT/SP - 01540000520095020052 - RO - Ac. 4ªT [20120147224](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 24/02/2012)

PRESCRIÇÃO

Aposentadoria. Gratificação ou complementação

DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PRESCRIÇÃO PARCIAL - SÚMULA 327 DO C. TST. O pagamento de diferenças de complementação de aposentadoria tendo como base a remuneração percebida pelos empregados da ativa em exercício, tendo em vista que a CPTM criou novas denominações para os cargos anteriormente existentes na FEPASA sujeita-se a prescrição parcial. (TRT/SP - 00009316520115020089 - RO - Ac. 3ªT [20120179320](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 28/02/2012)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Inexistência relação de emprego

"Contribuição previdenciária. Incidência. Res Dubia. Acordo sem reconhecimento de vínculo. Válida é a discriminação das verbas como de natureza indenizatória se as partes entabulam acordo, sem reconhecimento de vínculo. Se há res dubia quanto à relação jurídica havida, à prestação de serviços e às verbas e valores devidos, as partes são livres para a transação. Só há incidência de contribuição previdenciária se há o reconhecimento da obrigação tributária correspondente. Não havendo nos autos qualquer prova ou reconhecimento de fato gerador da obrigação tributária não há incidência previdenciária." (TRT/SP - 01285000920095020028 - RO - Ac. 10ªT [20120138900](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 24/02/2012)

Recurso do INSS

"RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS. INCIDÊNCIA. Existindo na sentença condenação em títulos salariais e não havendo discriminação válida das parcelas transacionadas, a contribuição previdenciária deve incidir com base naqueles títulos, limitada, porém, ao valor total do acordo, uma vez que este é que prevalece como fato gerador de tais recolhimentos. Aplicação do artigo 43 da Lei 8212/91. Agravo de petição da União parcialmente provido." (TRT/SP - 03331007719965020050 - AP - Ac. 10ªT [20120130178](#) - Rel. RILMA APARECIDA HEMETÉRIO - DOE 17/02/2012)

QUITAÇÃO

Validade

TRANSAÇÃO PARTICULAR. QUITAÇÃO PLENA DO CONTRATO DE TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE. Considerando que o instrumento de transação particular firmado entre os litigantes sequer menciona quais títulos estavam sendo quitados, limitando-se a citar, exemplificativamente, quais verbas poderiam estar sendo pagas, e tendo em vista que os termos do instrumento deixam claro que a empresa pagou o valor por mera liberalidade, não há que se falar em quitação plena do contrato de trabalho. Inteligência do art. 477, parágrafo 2º, da CLT, e Súmula nº 330 do C. TST. (TRT/SP - 00002213520105020039 - RO - Ac. 17ªT [20120180892](#) - Rel. SORAYA GALASSI LAMBERT - DOE 24/02/2012)

RECURSO

Contra-Razões

EMENTA. PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA CONTIDO EM CONTRARRAZÕES. IMPOSSIBILIDADE. A informalidade do Processo do Trabalho não pode ser levada ao extremo de não se exigir a apresentação de recurso. A fundamentação é absolutamente necessária e indispensável e é através de razões recursais - nos estritos termos do artigo 893 da CLT - que o Órgão "ad quem" vai conhecer sobre a parte da sentença que gerou a inconformidade, seja para que a contraparte possa contrarrazoá-la, como também para analisá-la. Portanto, não se podem acolher questões de recurso embutidas em contrarrazões diante da afronta ao artigo 899 da CLT, descabendo ao Órgão de cassação manifestar-se sobre as matérias ali arguidas. (TRT/SP - 00011354520105020057 - RO - Ac. 2ªT [20120174272](#) - Rel. JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES - DOE 28/02/2012)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Estabilidade

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. ESTABILIDADE DO ARTIGO 19 DO ADCT. Desnecessária a aprovação em concurso público após a jubilação, porquanto esta não é causa da extinção do contrato de trabalho. Sob outro ângulo, o artigo 19 do ADCT outorga a estabilidade aos servidores com cinco anos de exercício efetivo, incluindo os das fundações públicas. Refere-se aos servidores "que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição". Instituição que visa beneficiar o servidor contratado pelo regime da CLT que não contava com qualquer garantia de emprego. Estabilidade conferida com maior abrangência, atingindo a todos os servidores, funcionários ou regidos pela CLT, com cinco anos de serviço efetivo até a Constituição Federal de 1988. Preenchido esse requisito, caracterizada a estabilidade. (TRT/SP - 01149007720095020073 - RO - Ac. 1ªT [20120168582](#) - Rel. LIZETE BELIDO BARRETO ROCHA - DOE 29/02/2012)

Salário

Servidor Público. Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Artigo 129 da Constituição Estadual. Sexta Parte. Preenchido o requisito objetivo para sua concessão (20 anos de efetivo serviço), afigura-se devido o benefício para todos os servidores públicos estaduais, independentemente do regime jurídico de admissão, se celetista ou estatutário. (TRT/SP - 01162009720095020033 - RO - Ac. 11ªT [20120022030](#) - Rel. RICARDO VERTA LUDUVICE - DOE 24/01/2012)